

LEI Nº 1.207/2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGELINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ NILTON DA SILVA, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência nos anos de 2015 - 2024, com vistas ao cumprimento da Emenda Constitucional Nº 59/2009, do disposto no art. 214 da Constituição Federal e da Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas previstas no Anexo Único desta Lei, têm como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o Censo Demográfico e os Censos Nacionais da Educação Básica e Superior, mais atualizados, e outras fontes oficiais do município, disponíveis

na data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil da população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência.

Art. 5º. O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação de representantes da sociedade civil e governamental, sob a coordenação da Comissão Municipal para Adequação e Alinhamento do Plano Municipal de Educação.

Art. 6º. O Plano Municipal de Educação atende à Proposta Educacional do Município de Angelina, e elenca suas respectivas metas e estratégias, conforme o anexo único, fazendo parte integrante à presente Lei.

Art. 7º. Compete ao Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de Angelina realizar o acompanhamento e a avaliação anual da execução do Plano.

Parágrafo único. Compete ainda ao Conselho Municipal de Educação de Angelina e a Secretaria Municipal de Educação:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação junto ao Conselho Municipal do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Art. 8º. O Município, o Estado e a União, em regime de colaboração, são responsáveis pelo financiamento da educação pública e executarão as metas e estratégias, conforme estabelecido no Plano Municipal de Educação.

§ 1º Caberá aos gestores: municipal, estadual e federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

Art. 9. O Município deverá aprovar lei específica, disciplinando a gestão democrática da educação pública, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 10 O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 O município deve destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI, do caput do art. 214, da Constituição Federal.

Art. 12 Até o final do primeiro semestre do ano de 2023, o Poder Executivo encaminhará a Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art.13 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.14 Revogam-se as disposições em contrário, especificamente a Lei Nº 1.136/2011, de 12 de dezembro de 2011.

Angelina, 24 de junho de 2015.

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal